



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682423 - SP (2021/0232851-8)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : JOSIANE DIAS DE ALMEIDA RODRIGUES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JOSIANE DIAS DE ALMEIDA RODRIGUES - SP359901  
SAMUEL RODRIGUES DOS SANTOS - SP393922  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JHONATAS ZARRI DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JHONATAS ZARRI DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500635-24.2020.8.26.0286).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, de 500 dias-multa, no valor unitário mínimo, pela prática da infração penal disposta no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam a necessidade de abrandamento do regime prisional inicial e a possibilidade de aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 em favor do paciente.

Requerem, liminarmente, a fixação do regime inicial semiaberto e a aplicação do redutor do tráfico privilegiado. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, os impetrantes não juntaram aos autos a cópia da sentença penal condenatória, onde foram explicitadas as razões de fixação do regime inicial fechado, mantido pelo Tribunal de origem. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido liminar formulado, nesta parte.

Quanto ao pleito relativo à aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei Antidrogas, extrai-se do acórdão impetrado as seguintes razões para o afastamento do benefício penal (e-STJ fl. 30):

*Na terceira e última fase da dosagem, não era mesmo o caso de reconhecimento da causa especial de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei de Drogas.*

*Isto porque, o acusado, enquanto menor, respondeu a diversos atos infracionais, tendo sido, em dois deles, submetido às medidas socioeducativas de liberdade assistida e internação, além de outros em que foi beneficiado com a remissão (certidão de fls. 125/126).*

*Assim, não faz jus ao redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, pois já firmado entendimento no Egrégio Superior Tribunal de Justiça de que a prática de atos infracionais revela por parte de seu agente a dedicação à atividade criminosa (HC n. 121509/SP Rel. MIN. JORGE MUSSI Quinta Turma e HC n. 212704/SP Rel. MIN. OG FERNANDES Sexta Turma).*

*Evidenciado que o apelante estava realmente envolvido no meio criminoso, fazendo do tráfico o seu meio de vida, torna-se inviável o aludido benefício.*

A solução apresentada pelo Tribunal de origem mostra-se adequada, em princípio, à jurisprudência desta Corte Superior, veja-se:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. EXISTÊNCIA DE DIVERSOS ATOS INFRACIONAIS. RÉU RESPONSÁVEL PELO ABASTECIMENTO DO PONTO DE VENDA DE DROGAS. ELEMENTOS FÁTICOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. MINORANTE. NÃO APLICAÇÃO. REGIME FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONVERSÃO DAS PENAS. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. As instâncias ordinárias - dentro do seu livre convencimento motivado - apontaram elementos concretos dos autos a evidenciar que as circunstâncias em que perpetrado o delito em questão não se compatibilizariam com a posição de um pequeno traficante ou de quem não se dedica, com certa frequência e anterioridade, a atividades criminosas. [...] 3. Esta Corte Superior de Justiça tem, reiteradamente, decidido, por ambas as Turmas, que atos infracionais praticados pelo agente quando adolescente, embora não caracterizem reincidência ou Maus antecedentes, podem denotar, na análise do caso concreto, dedicação a atividades criminosas e, por conseguinte, impedir a incidência do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Precedentes também do Supremo Tribunal Federal (HC N. 650.819/SC, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 14/05/2021).*

*2. Seja em razão de ostentar diversos registros na Vara da Infância, seja pelo fato de ser o responsável pelo abastecimento do ponto de tráfico no bairro da cidade, as instâncias ordinárias entenderam que o réu se dedica a atividades criminosas, não fazendo jus, portanto, à redutora prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.*

*3. A revisão de tal entendimento não é possível na estreita via do habeas corpus, que possui rito célere e cognição sumária.*

*[...]*

*6. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no HC 632.654/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/06/2021, DJe 15/06/2021)*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao

processo, além de cópia da sentença relativa aos embargos de declaração apresentados pela defesa do paciente no primeiro grau de jurisdição.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência